

ATA Nº 49/2020 – Da Comissão de Normas e Documentos do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capivari de Baixo – SC.

1 Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às dez horas, através de videoconferência,
2 no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se a Comissão de Normas e Documentos do
3 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução da
4 conselheira: Dafna Correa Rodrigues (representante titular da AJL), estando presentes os
5 conselheiros integrantes dessa comissão: Fabíola Koenig Soares (representante suplente da
6 Secretaria de Educação), Fernanda Firmino da Silva (representante titular da Secretaria de Saúde),
7 Luciane Ferreira Medeiros (representante da Secretaria de Assistência Social) e Rosa Machado
8 Silveira (representante titular do CEACA). Ainda esteve presente: Guilherme Cechelero (assessor
9 de rede). Dafna inicia a reunião lembrando aos conselheiros de passarem na sala do conselho para
10 assinar a lista de presença e ata de reuniões anteriores, que é o item um em pauta; Dafna lembra
11 os conselheiros que sabe que as entidades tem um fluxo muito intenso de atividades e entende que
12 cada um tem suas atribuições, porém diz que a Sabrina apoia a várias comissões, que nem todos
13 os presentes fazem parte, e diz que muitas vezes ela encaminha perguntas, que tenta responder
14 num prazo máximo de 24 horas e pede a atenção para que as entidades busquem assinar em dia,
15 pois para esse final de ano terão que sanar bastante pendências. Dafna passa ao item dois em pauta:
16 Informar justificativas de faltas; e questiona a Sabrina se teve alguma. Sabrina informa que não
17 recebeu e informa que está faltando somente o conselheiro Eliezer. Dafna afirma que então não
18 tiveram justificativas de faltas, porém diz que provavelmente o conselheiro deve estar ou ter saído
19 de plantão de serviço e que em breve ele deverá se manifestar no grupo. Dafna passa ao item três
20 em pauta: Confeccionar parecer sobre as solicitações de registros das APPs no CMDCA; Dafna
21 diz que já teve conversa com a Luciane e passa à palavra aos conselheiros. Luciane diz que as
22 APPs: Osmarina e Santo André analisadas não atenderam. Rosa diz que as APPs que analisaram:
23 São João e Vitória Marcon também não. Dafna diz que as APPs podem participar do CMDCA
24 como ouvintes, não como votantes e estarem habilitadas para estar credenciadas no conselho
25 conforme pede a legislação, diz que o CMDCA é um órgão controlador, fiscalizador e ressalta que
26 teve APP que encaminhou o histórico da escola e não da APP: que tem em Tubarão, Pescaria
27 Brava e Capivari não mencionou e pede que o assessor Guilherme auxilie, passando a ele a palavra.
28 Guilherme diz que tem uma correção a fazer: que o CMDCA não tem papel fiscalizador, e afirma
29 que de acordo com o ECA fiscalizar é papel do Conselho Tutelar e Ministério Público. Guilherme
30 explica que por mais que exista uma comissão no CMDCA intitulada de fiscalização ela existe
31 para monitorar os projetos que utilizam os recursos do FIA. Guilherme diz que o Conselho Tutelar
32 e o Ministério Público tem autoridade para fiscalizar dentro da entidade e diz que o papel do
33 CMDCA é fazer o controle e por isso o registro das entidades. Guilherme explica que é de
34 conhecimento que há uma falta em Capivari de organizações não governamentais, e exemplifica
35 com o município de Pouso Redondo, no Vale de Itajaí, onde existem apenas duas organizações
36 não governamentais: uma entidade ligada ao esporte: tênis de mesa e outra a APAE e questiona se
37 dessa forma como farão paridade. Guilherme diz que no município, apesar de ser pequeno ainda
38 existem entidades, como o CEACA que realiza um ótimo trabalho, porém diz que quando fizeram
39 o ECA pensaram em municípios de grande porte e esqueceram da realidade dos pequenos
40 municípios. Guilherme diz que podem fazer gambiarra, arrumar um jeitinho brasileiro, e sugere
41 principalmente pra quem é técnico governamental: Luciane, da assistência, Fernanda da saúde,
42 Fabíola da Educação, ler o livro do Roberto da Matta, antropólogo: O que faz o Brasil Brasil, que
43 vai falar muito do jeitinho brasileiro de ser. Guilherme diz que começaram a fazer, não só aqui,
44 nos demais municípios, buscaram entidades, e diz que da assessoria veio a ideia de trazer as APP
45 pra isso, e orienta que a pergunta que devem fazer é se conseguem ter algo paritário hoje. Dafna
46 questiona como está hoje: qual a composição atual que não gravou. Guilherme diz que é pensando
47 no fórum, no ano que vem se as não governamentais conseguirem ter o mesmo número de cadeira
48 das governamentais. Guilherme sugere que se caso precisar pegar a APP que está mais organizada
49 e explica que não é solicitação obrigatória e diz que o Conanda retirou que as APPs são obrigadas
50 a encaminhar as suas documentações ao CMDCA. Dafna questiona se hoje tem essa paridade.

51 Rosa diz que pela lei deixaram aberto para que futuramente outras entidades entrem e reforça que
52 seria questão futura. Rosa diz que há item no próprio regimento interno do CMDCA que faz com
53 que as entidades se afastem do conselho, pois há um artigo que fala que a entidade civil pode
54 permanecer no mandato por até quatro anos. Guilherme explica que essa questão caberia para
55 cidades grandes, como Florianópolis, que possuem grande número de entidades não
56 governamentais e observa que não tem como afastar entidade se nem tem entidades. Dafna diz que
57 se no regimento consta podem sugerir alterar. Luciane diz que há um item que possibilita a
58 recondução. Guilherme observa que hoje tem o André que é representante de APP e ano que vem
59 ele sairá, não somente a pessoa André, mas a APP a qual ele representa. Guilherme diz que o
60 trabalho seria para tentar colocar uma APP pelo menos como suplente, e diz que a análise é que se
61 a maioria das APPs não estão de acordo não é para esse CMDCA ter dor de cabeça. Dafna sugere
62 que o parecer dessa comissão seja que para esse ano elas não estão aptas à participar e coloca em
63 votação para levar para a ordinária. Rosa concorda e diz que nada impede de APP participar das
64 reuniões do CMDCA, pois observa que elas são públicas, e diz que se alguém da APP começar a
65 participar já irá se capacitar pra entrar, saberá como é o funcionamento e diz que não deveriam
66 jogar pra todo mundo: todas as APPs e sim verificar a mais interessada. Guilherme diz que, não
67 somente as APPs de Capivari, mas de todos os municípios, existem porque é um modo de arrecadar
68 recursos, sem usar do poder público, para manutenção da própria escola. Guilherme observa que
69 no geral os pais, responsáveis, ou seja a comunidade não é muito participante, tanto que geralmente
70 é uma professora, ou até a própria diretora que é a responsável. Dafna observa que a Fabíola está
71 saindo e entrando da sala e sugere aguardar para tomarem uma posição. Guilherme diz que é isso
72 mesmo: podem levar para o CMDCA que no momento não há. Sabrina questiona, para registrar,
73 se as APPs analisadas por Fernanda e Fabíola também não estão aptas. Fernanda diz que não.
74 Fabíola explica que inicialmente haviam analisado os registros das APPs: Maria de Lourdes,
75 Odacir e Stanislau, porém nesse segundo momento somente quem encaminhou documentação foi
76 a APP Maria de Lourdes e diz que dessa APP faltaram poucos documentos, porém se ver nos
77 mínimos detalhes nenhuma entrará, e diz que não constaram ações grandiosas, mas realizaram,
78 por exemplo: a compra de materiais. Dafna diz que devem observar a finalidade, e diz que o plano
79 de trabalho de uma organização deve estar ligada a um projeto que atenda criança e adolescente.
80 Guilherme explica que uma questão é o registro da entidade no CMDCA e outra é a apresentação
81 de projetos para pleitear recursos do FIA. Fabíola diz que se ficarem procurando e procurando não
82 conseguirão. Rosa diz que à princípio a APP é uma associação e não uma ONG e existem porque
83 tem a escola, a não ser que tenham algum projeto inovador: ter uma banda, ter funcionários, até
84 teve um que tem fanfarra, porém é pelo período de tempo do desfile de sete de setembro, e diz que
85 devem ter critérios, se não qualquer escola de futebol ou coisas que atendem crianças e
86 adolescentes poderão se inscrever. Dafna diz que escola de futebol pode, assim como as compras
87 de coisas de cozinha se atender crianças em vulnerabilidade social. Fabíola diz que a APP realizou
88 mais ações, porém essa foi a que ela recordou. Dafna explica que não é procurar defeitos, mas
89 cumprir com as exigências. Guilherme diz que devem ser pensadas duas coisas: quando falam de
90 fazer o controle: é levantar quem são as ONGs existentes na cidade, pois estas devem estar
91 registradas no CMDCA. E outra é registrar os projetos, e explica que as governamentais não
92 precisam se registrar, ou seja: não registram a Secretaria de Educação, a Secretaria de Assistência,
93 a Secretaria de Saúde, porém os seus programas sim devem ser registrados e diz que a sociedade
94 civil se organiza, faz estatuto, e a partir desse momento deve se registrar. Dafna pede licença ao
95 Guilherme e diz que tem outros assuntos importantes em pauta para tratar. Fabíola diz que gostaria
96 de levar as pendências para a APP Maria de Lourdes. Fernanda observa que faltou a questão do
97 alvará. Fabíola diz que essa é uma questão que não depende delas. Rosa diz que sem alvará não
98 deveriam nem estar funcionando. Dafna questiona se no estatuto não teria um artigo dizendo que
99 em caso de dissolução da organização os bens vão para a Secretaria de Educação, pois isso já
100 impossibilitaria. Fabíola reforça que a APP Maria De Lourdes trouxe muitos documentos e sugere
101 levar a discussão para o CMDCA. Rosa diz que ficariam uma manhã discutindo somente esse
102 assunto, e afirma que dessa vez as APPs não estão aptas, porém ao longo do ano que vem sugere

103 que façam capacitação, e convidem para participar, e diz que é bastante trabalho, e que o que não
104 podem fazer é o inverso, e explica que a pergunta é: se alguma atendeu ou não os requisitos, e se
105 não atenderam estão fora. Rosa reforça que deve ter todos os documentos para ser apta. Dafna diz
106 que publicaram a Resolução de forma pública e diz que devem pensar em quem vai participar do
107 CMDCA no ano que vem. Rosa diz que ano que vem tem o ano inteiro para realizar a capacitação,
108 e diz que queimam tempo, pois já estão nesse assunto o ano inteiro. Luciane diz que entende que
109 gastaram esse tempo analisando as documentações e não atenderam, faltou pouco, porém não
110 atenderam. Luciane pede para registrar que a APP Maria de Lourdes trouxe a maioria das
111 documentações para que na abertura do próximo edital ela possa estar participando. Dafna diz que
112 entende que é bem desafiador separar a questão da análise, porém pede que reflitam que são seus
113 nomes e assinaturas que estarão embaixo nos documentos, e diz que fica a reflexão pensar bem
114 em edital para não gerar desentendimentos entre os próprios conselheiros. Dafna passa ao item
115 quatro: Confeccionar parecer sobre o projeto chancelado: Metamorfose 2021, apresentado pelo
116 CEACA; Dafna questiona se todos viram no e-mail, se todos tiveram acesso ou tem em mãos e
117 diz que anotou alguns questionamentos, porém observa que no parque o teatro trabalhou muito a
118 questão da depressão, foi um grande divisor de águas e abre à palavra para que os conselheiros
119 exponham suas considerações. Luciane questiona sobre o número de atendidos pelo projeto:
120 duzentas e dez e questiona se seria um projeto para todas as crianças atendidas pelo CEACA. Rosa
121 confirma e diz que o projeto teria a duração de sete meses, com instrutor tendo 20h/aula, e diz que
122 não especificou as turmas, pois pode ser que tenha duas de manhã e uma a tarde ou vice-versa,
123 mas que ao todo terão duração de quatro horas cada dia, cinco vezes por semana, e diz que colocou
124 os meses de março e abril, tendo pausa em maio e junho, e continuidade de julho até dezembro.
125 Luciane sugere colocar para ficar mais claro. Luciane questiona se essas três peças teatrais
126 ocorrerão durante o ano de 2021 e questiona se os recursos humanos envolvidos será todo
127 contrapartida da entidade. Rosa diz que cita as parcerias, pois não tem como não ir os
128 coordenadores, merendeira, serviços gerais para 210 crianças. Rosa diz que consta no quadro.
129 Luciane diz que não está especificado. Rosa diz que está no item Recursos humanos o que será
130 contrapartida. Dafna explica que o que a Luciane quer dizer é para colocar quem será remunerado
131 pelo projeto, com o recurso e quais serão contrapartida, ou seja, quando se coloca os recursos
132 humanos vão colocar as contrapartidas e não contrapartida. Rosa questiona se seria colocar
133 somente mais uma linha especificando o instrutor. Dafna confirma. Rosa concorda. Luciane
134 questiona se nos meses de maio e junho não terá. Rosa diz que pensou nessa pausa, pois precisam
135 reativar o boi de mamão, e por isso deixou essa janela. Dafna questiona se nesse período não terão
136 aulas. Rosa diz que outras aulas terão e explica que a peça: Sobre o madeiro será março e abril.
137 Dafna diz que gato malhado de julho à outubro e depois finaliza novembro e dezembro com a peça
138 de natal. Fabíola observa que foi colocado. Rosa confirma que os prazos foram colocados.
139 Guilherme diz que o projeto é para três peças e diz que a meta é as três peças acontecerem em
140 2021, se vão ser todas no começo, ou todas no final do ano é organização da entidade. Dafna faz
141 a sugestão que seja colocado por semestre, pois evitaria ter que dar justificativas para a comissão
142 de fiscalização. Rosa diz que se o recurso for repassado somente em março já fura todo o
143 cronograma. Fabíola diz que entendeu a posição da Dafna, que assim a entidade não fica amarrada
144 com o mês e é mais tranquilo para planejar o tempo. Rosa diz que pensou em fazer o projeto por
145 mês, pois pensou outro projeto para maio e junho. Fabíola diz que verificou a presença dos três
146 orçamentos, e explica que inicialmente tinha observado ter somente dois, porém verificou outro
147 ao final. Rosa diz que a preocupação foi quanto ter pego alguns orçamentos on-line, porém explica
148 que o sangue artificial só tinha em um local. Rosa confirma que pode incluir: primeiro e segundo
149 semestre se não está claro. Dafna questiona se o restante ficou claro. Conselheiros confirmam.
150 Dafna diz que consta no projeto a tabela de materiais, orçamentos constando os CNPJs. Sabrina
151 questiona se todos os orçamentos contém assinaturas. Dafna confirma e questiona a Rosa em qual
152 prazo consegue arrumar. Rosa diz que no máximo até amanhã à tarde. Dafna explica que terá que
153 ser agendada reunião para a nova análise a confecção do parecer e sugere que seja quinta-feira, 22
154 de outubro, às 9h. Sabrina questiona se nenhum membro da comissão faz parte também da

155 comissão de patrimônio, pois à princípio será agendada neste dia reunião pela Cleide. Conselheiros
156 negam. Sabrina diz que assim sendo como é através de vídeo pode ser nessa data. Conselheiros
157 concordam. Rosa questiona se manda somente as folhas ou o projeto na íntegra. Dafna diz que o
158 projeto na íntegra. Sabrina observa para não esquecer que deve ser entregue em mídia eletrônica.
159 Rosa confirma. Dafna passa ao item cinco em pauta: Agendar data para o fórum das
160 entidades/finalizar edital de chamamento público; Rosa questiona qual o objetivo do fórum das
161 entidades. Sabrina explica que os membros da comissão de normas anterior já havia iniciado à
162 discussão do edital, sendo que ia ter a condução do assessor, e foi sugerido para na época ser
163 realizado presencialmente, porém explica que houve atraso devido à pandemia, então devem
164 definir também a forma: se será realizado virtual, o número de entidades de acordo com as
165 entidades que estão registradas. Guilherme diz que são quatro cadeiras e são quatro entidades
166 existentes no município e explica que o fórum existe para negociar as cadeiras, e diz que pró forme,
167 e sugere que façam nem que demore quinze minutos, e explica o porquê de realizar: porque está
168 na lei que tenha o fórum, é questão de respaldo, tenha um registro em ata dizendo que mantém o
169 mandato das entidades, à título de formalizar. Dafna diz que fica sugerido a realização do fórum
170 com as quatro entidades aptas, e sugere a data do dia 10 de novembro. Luciane questiona se será
171 realizado à noite ou de dia. Dafna diz que durante o dia, umas 9h. Rosa diz que podem realizar na
172 primeira hora. Guilherme diz que devem garantir que as demais entidades tenham o conhecimento,
173 pois somente duas estão presentes na comissão. Dafna diz que levarão a sugestão para a plenária,
174 e pede que Sabrina coloque em pauta. Sabrina questiona se publicarão o edital de chamamento.
175 Guilherme sugere que façam apenas uma convocação como são poucas entidades existentes. Dafna
176 diz que tem questão da AJL, assim como o CEACA respeita o prazo, e diz que dos projetos que
177 estão em andamento: Estação Cultural e Guardas Ambientais, terão novas readequações para a
178 continuidade dos trabalhos e questiona se na reunião de quinta-feira também podem trazer esse
179 assunto: verificar a planilha de custos dos dois projetos para deixar pronto para a deliberação na
180 ordinária do dia 29/10. Dafna diz que sobre os editais, que é um assunto pendente dessa comissão,
181 informa que foi encaminhado para o André analisar, e ele estaria retornando para a comissão
182 concluir e ser confeccionado um parecer para levar para a plenária, e não sabe se será discutido na
183 ordinária por já terem bastante assuntos em pauta. Sabrina recorda os presentes que foi mencionado
184 por André realizar uma reunião extraordinária somente para deliberar sobre os editais. Dafna diz
185 que ficam aguardando a melhora do presidente que ficou de analisar, e provavelmente será assunto
186 para novembro. Luciane questiona quanto ao assunto seis em pauta: Definir as prioridades do
187 grupo de trabalho. Dafna explica que é essa questão dos editais. Rosa diz que editais e o fórum.
188 Conselheiros se despedem. E, nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às 11h. E,
189 para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva, na condição de assistente administrativo do CMDCA,
190 lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.